



ANM

Agência
Nacional de
Mineração

RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO – 2021



Agência Nacional de Mineração - ANM
Superintendência de Administração e Finanças - SAF
Divisão de Contabilidade - DICONT

Brasília-DF
21 de janeiro de 2021

RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 2021

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM**

Relatório Contábil de Encerramento do Exercício da Agência Nacional de Mineração, relativas ao exercício financeiro de 2021, cujo objetivo é apresentar informações relativas à composição dos itens mais relevantes dos demonstrativos, dos critérios de reconhecimento e mensuração, bem como outras informações que não são diretamente evidenciadas nos balanços.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	5
LISTA DE TABELAS.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
DECLARAÇÃO DO CONTADOR – COM RESTRIÇÃO.....	9
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	13
BALANÇO PATRIMONIAL - BP.....	13
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP.....	15
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO.....	16
BALANÇO FINANCEIRO – BF.....	19
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC.....	21
NOTAS EXPLICATIVAS.....	22
1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	22
2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	22
3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	28
4. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO.....	29
5. ESTOQUES.....	30
6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	32
7. IMOBILIZADO.....	33
8. INTANGÍVEL.....	34
9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR – CURTO PRAZO.....	35
10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO.....	36
11. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO.....	36
12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR – LONGO PRAZO.....	36
13. RESULTADOS ACUMULADOS.....	37
14. PREVISÃO DE RECEITA X ARRECADAÇÃO DE RECEITA.....	37

15. COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO.....	38
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA – DOTAÇÃO.....	40
17. EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	40
18. REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS.....	41
19. APOSENTADORIAS E PENSÕES.....	42
20. EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	42

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AH	Análise Horizontal
ANM	Agência Nacional de Mineração
AV	Análise Vertical
CODM	Controle de Demandas
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DON	Demonstrações Contábeis
DF	Distrito Federal
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBCTSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Serviço Público
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PFE	Procuradoria Federal Especializada
RFB	Receita Federal do Brasil
SAF	Superintendência de Administração e Finanças
SAR	Superintendência de Arrecadação
SIADS	Sistema Integrado de Administração de serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UGE	Unidade Gestora Executora
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa
- Tabela 2 – Demais Créditos a Receber
- Tabela 3 – Almoxarifado
- Tabela 4 – Créditos a Receber Longo Prazo
- Tabela 5 – Bens Móveis
- Tabela 6 – Bens Imóveis
- Tabela 7 – Intangível
- Tabela 8 – Composição do Passivo
- Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar
- Tabela 10 – Previsão de Receita X Arrecadação de Receita
- Tabela 11 – Receitas
- Tabela 12 – Comparativo da Arrecadação
- Tabela 13 – Dotação Orçamentária
- Tabela 14 – Execução da Despesa Orçamentária
- Tabela 15 – Remuneração de Pessoal e Encargos
- Tabela 16 – Aposentadorias e Pensões
- Tabela 17 – Exploração de Bens e Serviços

APRESENTAÇÃO

A Agência Nacional de Mineração - ANM, integrante da Administração Pública Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, foi criada pela Medida Provisória n.º 791/2017, de 25 de julho de 2017, convertida na Lei n.º 13.575/2017, de 26 de dezembro de 2017.

Tem por finalidade promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no País. A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

A Missão da ANM é gerir o patrimônio mineral brasileiro, de forma social, ambiental e economicamente sustentável, utilizando instrumentos de regulação em benefício da sociedade.

A ANM é dirigida por Diretoria Colegiada, composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores. Possui representação em todo o território nacional, sendo a Sede em Brasília/DF, 25(vinte e cinco) Gerências Regionais e 05 Unidades Avançadas. A estrutura de execução orçamentária e financeira do órgão é descentralizada.

Diretor Geral

Victor Hugo Froner Bicca

Diretoria Colegiada

Débora Toci Puccini

Guilherme Santana Lopes Gomes

Tasso Mendonça Júnior

Ronaldo Jorge da Silva

Chefe de Gabinete

Kiomar Oguino

Superintendência de Administração e Finanças - SAF

Júlio César de Mello Rodrigues

Ivane de Oliveira Lopes - Substituta

Divisão de Contabilidade – DICONT

Raquel Lara Campos Guimarães

João Aurélio dos Santos Lima - Substituto

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR – COM RESTRIÇÃO

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 da Agência Nacional de Mineração.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela setorial contábil, de acordo com os procedimentos descritos no Manual Siafi. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis são as seguintes:

Balanço Patrimonial – evidencia os ativos, passivos e patrimônio líquido.

Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.

Balanço Financeiro e a Demonstração de Fluxo de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

Estas demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, estão de acordo com o padrão da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Brasileiro, em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/1964, Decreto-Lei n.º 200/1967, Decreto n.º 93.872/1986, Lei n.º 10.180/2001 e a Lei Complementar n.º 101/2000. E em conformidade, também, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9.º Edição e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

Ressalvas:

As restrições encontradas na ANM, no exercício de 2021, foram:

- 315 - Falta/restrição conformidade de registros de gestão;
- 603 - Saldo contábil de almoxarifado não confere com RMA da realidade contábil do almoxarifado;
- 604 - Falta de atualização de ativos circulantes - a inexistência da atualização dos saldos de itens do ativo circulante, de forma tempestiva (referente ao mês de competência), impossibilita o adequado conhecimento da realidade contábil do patrimônio;
- 622 - Falta de atualização da dívida ativa - pelo recebimento da dívida ativa tributária e não-tributária, de curto e longo prazo, sem a correspondente contrapartida no direito a receber;
- 635 - Falta de registro/atualização de ajuste de perdas prováveis ativo não-circulante;
- 640 - Saldo contábil dos bens móveis não confere c/RMB;
- 642 - Falta de registro depreciação, amortização, exaustão - Ativo Imobilizado;
- 657 - Convênios a aprovar com data expirada.

Foram verificadas e apontadas restrições em algumas Unidades Gestoras Executoras - UGEs da ANM em virtude de falta de registro de conformidade. No entanto, essas restrições estão reduzidas em virtude do trabalho desenvolvido pela Equipe Nacional de Contabilidade criada, entre outros, com o objetivo de centralizar essas atividades de forma a padronizar a análise dos processos que geram reflexo no SIAFI e otimizar os resultados de controle na execução orçamentária, financeira e patrimonial da autarquia.

Hoje a Equipe Nacional de Contabilidade atua em 13 (treze) UGEs, mas o projeto prevê a atuação nas 28 (vinte e oito) UGEs existentes na ANM.

Algumas UGEs da ANM, quanto ao controle dos registros contábeis dos materiais de consumo com relação ao Relatório de Movimentação de Almoxarifado - RMA, vem apresentando dificuldades operacionais, todavia, estas restrições diminuíram substancialmente com a implantação e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS módulo almoxarifado, e com a baixa demanda por materiais devido ao trabalho remoto em 2021.

Foram verificadas e apontadas restrições em algumas UGEs da ANM no tocante a reavaliação dos bens móveis e controle do saldo contábil SIAFI em relação ao Relatório de Movimentação de Bens - RMB, assim como não estão registrando a depreciação em conformidade com os normativos legais.

A Contabilidade da ANM vem acompanhando e dando suporte às UGEs a fim de que as ressalvas sejam sanadas com a maior brevidade possível. Em 2021 foram mantidas as discussões com as áreas envolvidas.

Considerando a escassez de pessoal, e no intuito de evitar maiores ônus ao órgão, a SAF-ANM acatou a sugestão da Contabilidade quanto a contratação de empresa para prestação de serviço de inventário físico em todas as UGES da ANM, para atualização da base de dados, identificação dos bens do ativo imobilizado e intangível que constituem o acervo patrimonial da ANM, de forma a possibilitar a migração de dados para o SIADS - módulo permanente, o que viabilizará um controle mais efetivo dos bens móveis do Órgão.

Esta Contratação foi incluída no Planejamento estratégico da ANM em 2020, e está em andamento para a formalização da licitação em 2022.

Quanto a falta de atualização do recebimento da dívida ativa tributária e não-tributária, de curto e longo prazo, sem a correspondente contrapartida no direito a receber e a falta de registro/atualização de ajuste de perdas prováveis ativo não-circulante nas contas contábeis, foi aberto em janeiro de 2021 a Ordem de Serviço CODEM 7749 perante a empresa responsável Squadra Tecnologia S/A, a OS está em processo de homologação.

Foram identificados em 2019, e manteve-se em 2021, registro no SIAFI de prestações de contas em aberto referente aos convênios CV321523 e CV326483.

Trata-se de convênios celebrados entre o extinto DNPM e a CPRM, com o fim da vigência em 31/12/1997:

- Convênio CV321523 - refere-se ao convênio celebrado entre o DNPM/CPRM, objetivando cooperação técnica, visando apoio técnico ao desenvolvimento de trabalhos como suporte à programação do DNPM-1997, do controle ambiental da atividade de mineração, a cargo da DIDEM/DMCAM.
- Convênio CV326483 - refere-se ao convênio celebrado entre o DNPM/CPRM, tendo como objeto a fiscalização e controle de minas de carvão nas regiões carboníferas e argilas da bacia carbonífera catarinense.

As áreas envolvidas foram notificadas, no entanto, com o lapso temporal, não foram localizados os referidos processos. Em outubro de 2021, após resultados infrutíferos para realizar a regularização desses convênios junto aos setores responsáveis, a Contabilidade da ANM buscou soluções com a auxílio da Setorial Contábil do MME, para juntos encontrar solução da pendência, e aplicar uma medida saneadora para o caso.

Não ocorreram movimentações financeiras, patrimoniais e contábeis no DNPM, CNPJ n.º 00.381.056/0001-33, no ano de 2021. Em novembro de 2021, após a finalização das regularizações com pendências de informações fiscais junto à Receita Federal do Brasil-RFB, foi solicitada a baixa do CNPJ do DNPM perante a RFB, conforme o Decreto n.º 9.787/2018. A baixa foi efetivada com data retroativa a 05/12/2018, em consonância ao Decreto acima.

Declaração

De acordo com a análise realizada nos demonstrativos contábeis e os procedimentos da conformidade contábil, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao **exercício de 2021**, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da

Agência Nacional de Mineração, exceto no tocante às ressalvas apresentadas nesta declaração.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2022.

Raquel Lara Campos Guimarães

CRC/DF nº 12658/O - 5

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

ATIVO		
	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	38.819.302,30	36.818.510,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.772.551,99	33.999.256,16
Créditos a Curto Prazo	3.498.544,87	2.122.902,46
Demais Créditos e Valores	3.498.544,87	2.122.902,46
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	548.205,44	696.352,23
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.876.567.955,92	2.872.879.879,32
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.735.284.358,17	2.735.284.358,17
Créditos a Longo Prazo	2.735.284.358,17	2.735.284.358,17
Créditos Tributários a Receber	2.735.234.674,66	2.735.234.674,66
Demais Créditos e Valores	49.683,51	49.683,51
Investimentos	-	-
Imobilizado	133.127.693,64	131.619.056,42
Bens Móveis	42.676.088,42	37.549.457,04
Bens Móveis	55.284.824,51	49.468.846,49
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-11.817.003,80	-11.127.657,16
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-791.732,29	-791.732,29
Bens Imóveis	90.451.605,22	94.069.599,38
Bens Imóveis	92.352.327,33	95.834.065,11
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.900.722,11	-1.764.465,73
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	8.155.904,11	5.976.464,73
Softwares	8.155.484,11	5.976.044,73
Softwares	8.155.484,11	5.976.044,73
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	420,00	420,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	420,00	420,00
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	2.915.387.258,22	2.909.698.390,17

PASSIVO		
	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	24.061.822,43	46.942.817,80
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	21.115.340,43	44.021.696,36
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	114.394,39	83.716,62
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.832.087,61	2.837.404,82
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	379.302,00	70.221,11
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	110.050,88	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	269.251,12	70.221,11
Resultado do Exercício	-17.769.520,10	66.985.557,56
Resultados de Exercícios Anteriores	2.862.685.351,26	83.441.339,21
Ajustes de Exercícios Anteriores	46.030.302,63	2.712.258.454,49
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.890.946.133,79	2.862.685.351,26
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.915.387.258,22	2.909.698.390,17

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	20.096.868.081,61	12.457.430.394,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.793.859,16	22.062.295,32
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	10.600.567.993,41	6.164.523.006,32
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.561,89	2.062,78
Transferências e Delegações Recebidas	9.442.854.458,06	6.246.834.894,95
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	933.734,20	676.404,25
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	24.715.474,89	23.331.730,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	20.114.637.601,71	12.390.444.836,90
Pessoal e Encargos	218.653.705,46	224.236.242,60
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	77.782.660,34	74.923.150,01
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27.104,57	5.400,46
Transferências e Delegações Concedidas	19.749.141.480,37	12.033.814.678,02
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	13.783.240,05	6.342.230,57
Tributárias	140.959,55	129.172,57
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	735.775,96	861.733,77
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-17.769.520,10	66.985.557,56

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	5.241.201.945,00	5.241.201.945,00	10.331.359.625,34	5.090.157.680,34
Receitas Tributárias	15.535.716,00	15.535.716,00	19.452.643,86	3.916.927,86
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	5.209.259.956,00	5.209.259.956,00	10.294.433.665,33	5.085.173.709,33
Exploração de Recursos Naturais	5.209.259.956,00	5.209.259.956,00	10.294.433.665,33	5.085.173.709,33
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	62.322,00	62.322,00	72.845,70	10.523,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	62.322,00	62.322,00	72.845,70	10.523,70
Outras Receitas Correntes	16.343.951,00	16.343.951,00	17.400.470,45	1.056.519,45
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	16.343.951,00	16.343.951,00	17.400.470,45	1.056.519,45
RECEITAS DE CAPITAL	113.657.289,00	113.657.289,00	-	-113.657.289,00
Operações de Crédito	113.657.289,00	113.657.289,00	-	-113.657.289,00
Operações de Crédito Internas	113.657.289,00	113.657.289,00	-	-113.657.289,00
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	5.354.859.234,00	5.354.859.234,00	10.331.359.625,34	4.976.500.391,34
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	5.354.859.234,00	5.354.859.234,00	10.331.359.625,34	4.976.500.391,34
TOTAL	5.354.859.234,00	5.354.859.234,00	10.331.359.625,34	4.976.500.391,34
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	5.204.881.072,00	-	-5.204.881.072,00
Superavit Financeiro	-	723.104.395,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	4.477.767.689,00	-	-
Créditos Cancelados	-	4.008.988,00	-	-

Relatório Contábil de Encerramento do
EXERCÍCIO 2021

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	5.102.818.190,00	10.310.480.488,00	10.291.930.271,43	9.059.040.783,52	9.040.266.554,91	18.550.216,57
Pessoal e Encargos Sociais	269.486.147,00	275.190.348,00	266.984.885,08	265.260.975,35	247.672.402,19	8.205.462,92
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.833.332.043,00	10.035.290.140,00	10.024.945.386,35	8.793.779.808,17	8.792.594.152,72	10.344.753,65
DESPESAS DE CAPITAL	8.614.047,00	5.832.821,00	3.954.711,31	1.092.845,47	1.092.845,47	1.878.109,69
Investimentos	8.614.047,00	5.832.821,00	3.954.711,31	1.092.845,47	1.092.845,47	1.878.109,69
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.940.482,00	300.940.482,00	-	-	-	300.940.482,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	5.412.372.719,00	10.617.253.791,00	10.295.884.982,74	9.060.133.628,99	9.041.359.400,38	321.368.808,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	5.412.372.719,00	10.617.253.791,00	10.295.884.982,74	9.060.133.628,99	9.041.359.400,38	321.368.808,26
SUPERAVIT			35.474.642,60			-35.474.642,60
TOTAL	5.412.372.719,00	10.617.253.791,00	10.331.359.625,34	9.060.133.628,99	9.041.359.400,38	285.894.165,66

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.357.544,83	36.009.744,19	19.352.400,86	19.352.400,86	5.320.903,37	15.693.984,79
Pessoal e Encargos Sociais	1.420.243,83	3.071.822,42	590.136,82	590.136,82	3.357.467,57	544.461,86
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.937.301,00	32.937.921,77	18.762.264,04	18.762.264,04	1.963.435,80	15.149.522,93
DESPESAS DE CAPITAL	713.072,09	8.053.271,18	8.475.187,06	8.475.187,06	9.920,20	281.236,01
Investimentos	713.072,09	8.053.271,18	8.475.187,06	8.475.187,06	9.920,20	281.236,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.070.616,92	44.063.015,37	27.827.587,92	27.827.587,92	5.330.823,57	15.975.220,80

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	84.210,12	18.076.682,97	18.105.765,15	-	55.127,94
Pessoal e Encargos Sociais	-	16.978.444,56	16.978.444,56	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	84.210,12	1.098.238,41	1.127.320,59	-	55.127,94
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	84.210,12	18.076.682,97	18.105.765,15	-	55.127,94

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		
	2021	2020
Receitas Orçamentárias	10.331.359.625,34	6.014.398.864,50
Ordinárias	-	-
Vinculadas	10.332.049.329,10	6.019.392.766,89
Previdência Social (RPPS)	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	9.258.164.312,73	5.478.577.198,52
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.073.885.016,37	540.815.568,37
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-689.703,76	-4.993.902,39
Transferências Financeiras Recebidas	9.434.586.968,12	6.156.865.908,93
Resultantes da Execução Orçamentária	9.376.488.541,74	5.767.068.521,51
Repasse Recebido	9.058.747.047,60	5.444.243.754,74
Sub-repasse Recebido	317.739.104,14	322.813.714,57
Sub-repasse Devolvido	2.390,00	11.052,20
Independentes da Execução Orçamentária	58.098.426,38	389.797.387,42
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	52.048.058,37	375.580.551,82
Demais Transferências Recebidas	420.201,20	1.011.097,36
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.630.166,81	13.205.738,24
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.620.941.438,28	252.431.517,24
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	18.774.228,61	18.070.454,22
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.235.751.353,75	44.063.015,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	49.374.190,70	519.835,10
Outros Recebimentos Extraorçamentários	317.041.665,22	189.778.212,55
Restituições a Pagar		937,60
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,02	1.500,00
Arrecadação de Outra Unidade	317.041.665,20	189.774.179,95
Demais Recebimentos		1.595,00
Saldo do Exercício Anterior	33.999.256,16	47.707.080,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.999.256,16	47.707.080,59
TOTAL	21.420.887.287,90	12.471.403.371,26

DISPÊNDIOS		
	2021	2020
Despesas Orçamentárias	10.295.884.982,74	5.486.959.874,62
Ordinárias	108.537.325,95	95.646.438,15
Vinculadas	10.187.347.656,79	5.391.313.436,47
Seguridade Social (Exceto Previdência)	28.858.296,06	903.327,00
Previdência Social (RPPS)	27.216.634,78	46.201.162,12
Dívida Pública		38.052.928,64
Transferências Constitucionais e Legais	9.954.979.805,00	5.123.462.264,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	176.292.920,95	182.693.754,71
Transferências Financeiras Concedidas	10.994.940.196,05	6.560.417.920,81
Resultantes da Execução Orçamentária	317.814.883,20	323.078.361,18
Repassse Concedido	73.389,06	16.293,63
Sub-repassse Concedido	317.739.104,14	322.813.714,57
Repassse Devolvido		237.300,78
Sub-repassse Devolvido	2.390,00	11.052,20
Independentes da Execução Orçamentária	10.677.125.312,85	6.237.339.559,63
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	22.748.781,44	18.989.170,14
Demais Transferências Concedidas	27.065,05	263.071,63
Movimento de Saldos Patrimoniais	10.654.349.466,36	6.218.087.317,86
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	95.289.557,12	390.026.319,67
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	18.105.765,15	20.182.016,78
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	27.827.587,92	369.276.005,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	49.356.061,19	527.140,12
Outros Pagamentos Extraorçamentários	142,86	41.157,37
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	141,86	41.157,37
Demais Pagamentos	1,00	
Saldo para o Exercício Seguinte	34.772.551,99	33.999.256,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.772.551,99	33.999.256,16
TOTAL	21.420.887.287,90	12.471.403.371,26

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – DFC

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.341.328,36	-2.375.238,66
INGRESSOS	20.132.362.449,38	12.361.562.821,08
Receita Tributária	19.452.643,86	15.440.283,92
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	10.294.433.665,33	5.983.998.463,68
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	72.845,70	69.441,56
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	17.400.470,45	14.890.675,34
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	9.801.002.824,04	6.347.163.956,58
DESEMBOLSOS	-20.122.021.121,02	-12.363.938.059,74
Pessoal e Demais Despesas	-297.366.077,65	-298.099.785,47
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-8.780.358.785,13	-5.504.893.213,34
Outros Desembolsos Operacionais	-11.044.296.258,24	-6.560.945.060,93
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.568.032,53	-11.332.585,77
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-9.568.032,53	-11.332.585,77
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.110.121,12	-8.136.208,27
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.457.911,41	-3.196.377,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	773.295,83	-13.707.824,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	33.999.256,16	47.707.080,59
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	34.772.551,99	33.999.256,16

NOTAS EXPLICATIVAS

1. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis – DCON da ANM foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCTSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 9ª edição) e o Manual SIAFI.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público, as NBCT - SP e o MCASP. Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial – BP
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP
- III. Balanço Orçamentário – BO
- IV. Balanço Financeiro – BF
- V. Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas na conta única do Tesouro Nacional.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A ANM utiliza o sistema Siafi como instrumento para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do órgão. No Siafi o órgão está estruturado sob o código nº **32396**, e possui em sua estrutura organizacional 28 (vinte e oito) Unidades Gestoras Executoras, conforme abaixo:

323100/32396 SETORIAL ORCAMENTARIA E FINANCEIRA – ANM
323102/32396 AGENCIA NACIONAL DE MINERACAO - DF
323103/32396 AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - FOPAG
323104/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - MG
323105/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - BA

323106/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - GO
323107/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - MT
323108/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - PA
323109/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - SC
323110/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - SP
323111/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - ES
323112/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - PR
323113/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - RJ
323114/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - RS
323115/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - AM
323116/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - CE
323117/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - MS
323118/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - PB
323119/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - PE
323120/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - RN
323121/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - RO
323122/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - TO
323123/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - AL
323124/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - AP
323125/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - MA
323126/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - PI
323127/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - RR
323128/32396 GERENCIA REGIONAL DA ANM - SE

A Setorial Contábil da ANM acompanha a execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão por meio da Unidade Gestora 323101/32396 SETORIAL CONTÁBIL ANM.

As políticas contábeis adotadas no âmbito da ANM são pautadas nas premissas do MCASP e do Manual Siafi, entre as principais políticas destacam-se:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicáveis, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Depósitos Restituíveis** - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras à ANM e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- **Créditos a curto prazo** – Na ANM esses valores compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente a adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. Cabe ressaltar que a agência ainda não implantou sistema de registro por competência dos créditos tributários; dos créditos não tributários (taxas).

A área de Contabilidade está em tratativas com as áreas envolvidas para implantação dessa sistemática no órgão.

- **Estoques** – Compreendem os materiais de almoxarifado para suprimento das nossas unidades administrativas e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com dívida ativa (PGFN). Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Em 2020, foram lançados os registros da dívida ativa (PGFN) referente a 2019, mas os valores não foram atualizados.
- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- **Depreciação de bens móveis cadastrados no Siafi** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensalmente, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem estiver em condições de uso. A vida útil será definida com base segundo a natureza e as características dos bens móveis.
- **Reavaliação e redução ao valor recuperável** – A base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.
- **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o imóvel for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por

parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- **Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.
- **Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando da possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.
- **Benefícios a empregados** - Os benefícios a empregados referentes a encargos de férias e de décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência, centralizados no Ministério da Economia.
- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 -
 - i. Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - ii. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário, e caso contrário

um Déficit Orçamentário.

- iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro, confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro, caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

2.1. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

A ANM tem conhecimento da necessidade de implantação na íntegra dos procedimentos exigidos, no entanto, alguns procedimentos ainda não foram adotados, segue levantamento da situação que se encontra em cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado no âmbito da ANM.

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo União	Situação
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2017	Não iniciado
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2018	Não tem
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	Em andamento (falta ajuste para perda)
PCP 4 -Reconhecimento, mensuração e evidenciação da	Imediato	Em

Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas		andamento
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2018	Não iniciado
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2018	Em andamento
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Imediato	Em andamento
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	2019	Não tem
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	2021	Não tem
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Imediato	Não tem
PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).	Imediato	Implantado
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Em andamento
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Imediato	Implantado
PCP 14 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	2019	Implantado
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de	2019	Em

softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.		andamento
PCP 16 - Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A definir	Em andamento
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. União	Imediato	Não tem
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2019	Implantado
PCP 19 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP (a partir de 01/01/2021).	A definir	Em andamento

Balanco Patrimonial – BP

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Tabela 1 - Composição do Ativo:

ESPECIFICAÇÃO	2021	AV
ATIVO CIRCULANTE	38.819.302,30	1,33%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34.772.551,99	1,19%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO - OFSS	16.044.764,20	0,55%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO - ORDEM DE PAGTO - OFSS	18.727.787,79	0,64%
CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.498.544,87	0,12%
ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL	3.459.852,83	0,12%
CRÉDITOS POR DANO AO PATRIMÔNIO	30.391,04	0,00%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	8.301,00	0,00%
ESTOQUES	548.205,44	0,02%
ALMOXARIFADO	548.205,44	0,02%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.876.567.955,92	98,67%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.735.284.358,17	93,82%
CRÉDITO A LONGO PRAZO	2.735.284.358,17	93,82%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.735.234.674,66	93,82%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	49.683,51	0,00%
IMOBILIZADO	141.283.597,75	4,85%
BENS MÓVEIS	42.676.088,42	1,46%
BENS MÓVEIS	55.284.824,51	1,90%
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	(11.817.003,80)	-0,41%
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS	(791.732,29)	-0,03%
BENS IMÓVEIS	90.451.605,22	3,10%
BENS IMÓVEIS	92.352.327,33	3,17%
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS	(1.900.722,11)	-0,07%
INTANGÍVEL	8.155.904,11	0,28%
SOFTWARES	8.155.484,11	0,28%
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	420,00	0,00%
TOTAL DO ATIVO	2.915.387.258,22	100,00%

Fonte: SIAFI 2021

O item Caixa e Equivalentes de Caixa são recursos liberados pela STN, na conta única do Tesouro Nacional para fazer frente a programação financeira da ANM. Recursos geridos pela Setorial Financeira da Autarquia. Tem pequena representatividade em relação ao Ativo da Instituição **1,19%**.

4. DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Tabela 2 – Demais Créditos a Receber

DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER DEZ/2021



Fonte: SIAFI 2021

Verifica-se no item Demais Créditos a Receber registros vinculados apenas as atividades meio do órgão, relativas a adiantamentos concedidos, com destaque para os de folha de pagamento dos servidores, 13º salário, adiantamento de férias, adiantamento de salário, que representam **98,89%** dos valores registrados.

Os Créditos a Receber por erro administrativo estão mapeados e sendo monitorados pelo Órgão e pela PFE.

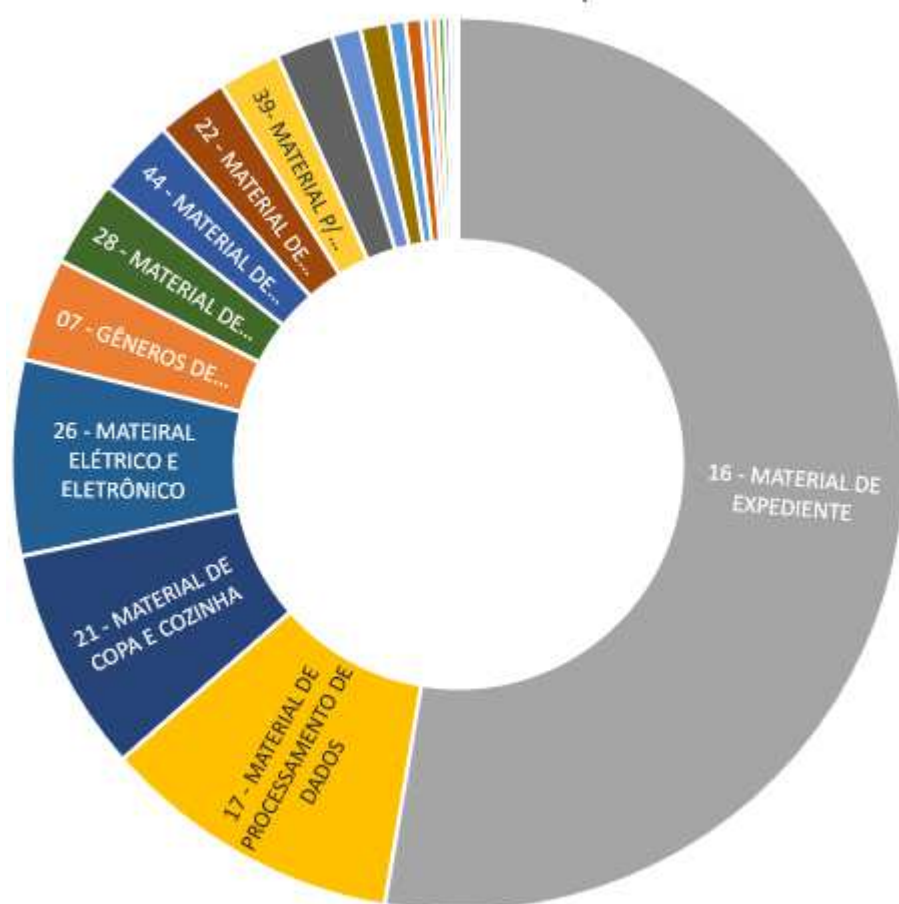
Cabe ressaltar neste tópico que a Autarquia ainda não registra, por regime de competência, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições, como a CFEM, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. A Contabilidade mantém contato com a Superintendência de Arrecadação da Agência para formalização destes dados de curto prazo nas contas contábeis.

5. ESTOQUES

Tabela 3 - Almoxarifado

DEZ/2021		
Conta Corrente	R\$	AV
04 - GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	1.050,00	0,19%
07 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	20.578,99	3,75%
16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	288.565,09	52,64%
17 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	59.702,28	10,89%
19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	3.346,09	0,61%
20 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	1.430,00	0,26%
21 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	44.748,26	8,16%
22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	14.268,86	2,60%
23 - UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	11.380,65	2,08%
24 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	5.589,55	1,02%
26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	38.813,29	7,08%
28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	17.177,71	3,13%
30 - MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	5.680,82	1,04%
35 - MATERIAL LABORATORIAL	1.519,00	0,28%
36 - MATERIAL HOSPITALAR	918,23	0,17%
39 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	12.363,02	2,26%
41 - MATERIAL P/ UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	1.594,46	0,29%
42 - FERRAMENTAS	724,31	0,13%
44 - MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	15.524,80	2,83%
50 - BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	3.230,03	0,59%
Total	548.205,44	100,00%

ALMOXARIFADO - DEZ/2021



Fonte: SIAFI 2021

A conta Estoque é composta por materiais utilizados para suprir às unidades nas suas prestações de serviços, conforme demonstrado na planilha acima, os itens mais representativos são materiais de expediente, material de processamento de dados e material de copa e cozinha, que correspondem, respectivamente a 52,64%, 10,89% e 8,16%, estes itens se apresentam com valores mais elevados devido a reposição de estoque para o ano de 2021 nas UGEs da ANM, com pouco consumo no exercício tendo em vista a pandemia e o trabalho Home Office.

Cabe ressaltar neste item que a gestão do almoxarifado é realizada por meio do SIADS.

Ressalta-se também que no último trimestre do exercício de 2021 a ANM iniciou a gestão do contrato de empresa de fornecimento de serviços continuados de *outsourcing* para operação de almoxarifado virtual *in company*, adesão ao projeto nacional gerido pela Central de Compras do Governo Federal, o objetivo é o ganho de escala decorrente da participação conjunta de vários órgãos, além da economia processual e da redução de vários outros custos operacionais.

6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Tabela 4 - Créditos a receber a longo prazo

		DEZ/2021	DEZ/2020
CONTA CONTÁBIL		R\$	R\$
12111.01.01	CREDITO TRIBUTÁRIO NÃO PREVIDENCIÁRIO - NÃO PARCELADO	2.389.926.060,10	2.389.926.060,10
12111.01.02	CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO PREVIDENCIÁRIO - PARCELADO	345.308.614,56	345.308.614,56
12121.06.03	DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	49.683,51	49.683,51
TOTAL		2.735.284.358,17	2.735.284.358,17

Fonte: SIAFI2021

Em 2020 foi implementada a rotina do Procedimento Contábil Patrimonial PCP 4 Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas. Como resultado foi realizado o registro dos créditos a receber tributários referentes ao estoque da Dívida Ativa de 2019, todavia, por problemas sistêmicos, não foi possível o lançamento dos valores referentes a 2020. A PFE-ANM junto com a SAR-ANM abriram a OS CODEM 7749 junto a empresa Squadra Tecnologia S.A. para viabilizar estas informações, a OS está na fase de homologação.

Consta ainda registrado em créditos a receber de longo prazo depósitos judiciais, com previsão de realização superior a 12 meses à data das Demonstrações Contábeis.

7. IMOBILIZADO

i) Bens Móveis

Tabela 5 – Bens Móveis

Descrição	DEZ/2021	DEZ/2020	AH
	R\$	R\$	
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.238.707,80	4.088.520,19	3,67%
Bens de Informática	27.626.487,39	22.209.199,32	24,39%
Móveis e Utensílios	8.833.165,70	8.517.656,35	3,70%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.818.454,27	1.816.964,27	0,08%
Veículos	12.330.805,90	9.794.301,36	25,90%
Bens Móveis em Andamento	11.725,60	11.725,60	0,00%
Armamentos	150,01	150,01	0,00%
Demais Bens Móveis	425.327,84	3.030.329,39	-85,96%
Depreciação / Amortização Acumulada	(11.817.003,80)	(11.127.657,16)	6,19%
Redução ao Valor Recuperável	(791.732,29)	(791.732,29)	0,00%
Total	42.676.088,42	37.549.457,04	13,65%

Fonte: SIAFI 2021

O saldo de **Bens Móveis** encerrou o período com uma variação de **13,65%**, em relação ao exercício de 2020, isso ocorreu basicamente em virtude de aquisição de equipamentos de informática e veículos para as Unidades Gestoras da ANM, com valor mais significativo na SEDE tendo em vista o quantitativo de servidores lotados.

A variação significativa na conta **Demais Bens Móveis** de **-85,96%** ocorreu em virtude da aquisição centralizada de veículo, pela ANM-SEDE em 2020, mas que foram transferidas para as UGEs do Órgão, e estavam na situação de transferência em trânsito com saldo na conta contábil Bens Móveis em Trânsito, e com isso, aguardando o recebimento via SIAFI pelas Gerências Regionais, e com a confirmação do recebimento desses bens em 2021, ocorreu a migração do saldo da conta **Demais Bens Móveis** para a conta contábil adequada de **Veículos**.

Cerca de **69%** das UGEs do Órgão não estão realizando a depreciação dos bens móveis em virtude da ausência de suporte/sistema tecnológico. Os registros existentes foram calculados manualmente, a Autarquia ainda não conseguiu implantar o SIADS, módulo permanente.

ii) Bens Imóveis

Tabela 6 – Bens Imóveis

Conta Contábil	DEZ/2021	DEZ/2020
	R\$	R\$
Bens de Uso Especial	88.771.819,73	87.715.602,75
Bens Imóveis em Andamento	887.672,60	4.256.402,60
Instalações	2.692.835,00	3.862.059,76
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.900.722,11)	(1.764.465,73)
Total	90.451.605,22	94.069.599,38

Fonte: SIAFI 2021

Os **bens imóveis da ANM** se referem a propriedades da União cedidas à ANM pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e são cadastrados e controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUNet), com interface direta ao Siafi, gerando as contabilizações automaticamente neste sistema, refletindo nas demonstrações financeiras da Agência.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Observa-se uma variação significativa na conta **Obras em andamento**, que correspondem a reformas e obras em andamento que foram finalizadas e regularizadas para incorporação futura por reavaliação de valores de Bens em Uso Especial via SPIUNet. E o item **Instalações** corresponde a sala cofre da ANM situada no Edifício SEDE em Brasília.

iii) Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação referente aos imóveis da União é controlada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e os registros são efetuados pela STN diretamente nas contas da ANM, sem ingerência da Agência, de acordo com o estabelecido pela Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10/12/2014.

8. INTANGÍVEL

Tabela 7 - Intangível

Conta Contábil	DEZ/2021	DEZ/2020	AH
	R\$	R\$	
Software com Vida Útil Definida	8.155.484,11	5.976.044,73	36,47%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	420,00	420,00	0,00%
Total	8.155.904,11	5.976.464,73	36,47%

Fonte: SIAFI 2021

Verifica-se um incremento de investimento em Tecnologia da Informação **Software em fase de desenvolvimento**, num percentual de **36,47%** em relação ao exercício anterior. Esses

investimentos se alinham com as ações de desenvolvimento de novos sistemas que estão sendo realizados pela ANM em consonância com o planejamento estratégico do órgão e com a política de governo de transformação digital.

Cabe ressaltar que é possível existir nesse montante softwares já finalizados. No entanto, a execução está sendo realizada sem a discriminação dos projetos de forma a dificultar a segregação dos projetos já concluídos daqueles a concluir, impossibilitando a transferência dos saldos registrados na conta contábil **Software em fase de desenvolvimento** para a conta **Software**.

A respeito do assunto em questão já há tratativas entre as áreas envolvidas Superintendência de Administração e Finanças e a Superintendência de Desenvolvimento Institucional para adequação dos registros às normativas vigentes, no entanto em 2021 não houve avanço. A Setorial Contábil tem buscado orientar os gestores responsáveis quanto a necessidade de adequação aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – **PCP - 15** - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.

Tabela 8 - Composição do Passivo

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	AH
PASSIVO CIRCULANTE	24.061.822,43	46.942.817,80	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSIT. A PAGAR A CURTO PRAZO	21.115.340,43	44.021.696,36	-52,03%
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDADO	20.850.531,49	43.761.322,96	-52,35%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	6.909,79	12.687,11	-45,54%
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	243.720,73	232.779,75	4,70%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	14.178,42	14.906,54	-4,88%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	114.394,39	83.716,62	36,64%
FORNECEDORES NACIONAIS	114.394,39	83.716,62	36,64%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.832.087,61	2.837.404,82	-0,19%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	327.856,92	266.332,88	23,10%
VALORES RESTITUÍVEIS	2.504.230,69	2.571.071,94	-2,60%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	379.302,00	70.221,11	440,15%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGAR A LONGO PRAZO	110.050,88	0,00	100,00%
PRECATÓRIO DE PESSOAL A PAGAR	110.050,88	0,00	100,00%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	269.251,12	70.221,11	283,43%
PRECATÓRIO DE TERCEIROS	269.251,12	70.221,11	283,43%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	24.441.124,43	47.013.038,91	-48,01%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
RESULTADO ACUMULADO	2.908.715.653,89	2.862.685.351,26	1,61%
SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	2.908.715.653,89	2.862.685.351,26	1,61%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.908.715.653,89	2.862.685.351,26	1,61%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.933.156.778,32	2.909.698.390,17	0,81%

Fonte: SIAFI 2021

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO

A conta **Pessoal a Pagar - Consolidado** apresentou um saldo de R\$ 20.850 mil, com redução de 52,35 % com relação a 2020, este fato ocorreu em decorrência dos ajustes de exercícios anteriores sobre saldos alongados das provisões sobre pessoal a pagar, férias a pagar e 13º salário a pagar de anos anteriores, a fim de seguir as orientações definidas na Macrofunção 021142 Folha de Pagamento. O saldo atual corresponde a apropriação da folha de pagamento ao final de cada mês, com previsão de pagamento no primeiro dia útil do mês seguintes, correspondente a maior parcela do Passivo Exigível.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar

				DEZ/2021	DEZ/2020
UG Executora	CNPJ	DESCRIÇÃO	R\$	R\$	
323102	AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO	03160007000169	CALEVI MINERADORA E COMERCIO LTDA.	-	203,58
323104	GERENCIA REGIONAL DA ANM - MG	01333945000198	FONTUS DISTRIBUIDORA DE AGUAS MINERAIS	609,39	-
		27153143000190	EXECUTAR COMERCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	-	500,36
		08764312000183	MAXIMA SERVICOS E OBRAS EIRELI	68.936,12	-
323105	GERENCIA REGIONAL DA ANM - BA	08563754000161	ESTILO SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI	-	2.300,20
		01297311000118	SWS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI	-	6.228,75
323106	GERENCIA REGIONAL DA ANM - GO	76535764000143	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	1.580,46	-
323108	GERENCIA REGIONAL DA ANM - PA	06028733000110	L G SERVIÇOS PROFISSIONAIS EIRELI	-	18.576,39
323110	GERENCIA REGIONAL DA ANM - SP	03623340000167	ATTO RECURSOS HUMANOS LTDA	21.224,38	21.224,38
323122	GERENCIA REGIONAL DA ANM - TO	19048341000165	IMASTER SERVICOS EIRELI	1.909,35	-
		39412830000161	SOUZA TEC COMERCIO E SERVICO EIRELI	590,82	-
		25086034000171	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA E ENERGIA S.A	-	3.938,54
		10230958000122	BRASIL SERVICOS DE ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO DE MAO	7.037,43	-
323124	UNIDADE AVANÇADA DE MACAPÁ - PA	04830139000202	AMAUTO AMAPA AUTOMOVEIS LTDA.	-	1.244,27
		20183424000146	ESTRELA DE DAVI SEGURANÇA LTDA.	-	19.123,69
323126	GERENCIA REGIONAL DA ANM - PI	40432544000147	CLARO S.A.	72,30	72,30
323127	GERENCIA REGIONAL DA ANM - RR	15615817000222	FORTEVIP FORTE VIGILANCIA PRIVADA EIRELI	10.304,16	10.304,16
323128	GERENCIA REGIONAL DA ANM - SE	20999092000172	JFC TRADE CENTER	2.129,98	-
TOTAL				114.394,39	83.513,04

Fonte: SIAFI 2021

No fechamento do ano de 2021 a Agência apresentou em **Fornecedores e Contas a Pagar**, um saldo de R\$ 114.394,39, todos classificados a curto prazo. A liquidação da despesa é realizada após atestado os documentos fiscais, regime de competência, e os pagamentos são efetuados em pouco espaço de tempo após a apropriação da despesa, justificando o baixo índice de Fornecedores e Contas a Pagar.

11. DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

Trata de Precatórios de Terceiros a Longo Prazo, lançado diretamente pela Justiça Federal (Tribunal Regional Federal) sem ingerência da ANM.

12. OBRIGAÇÃO TRABALHISTAS, PREVD E ASSIST A PAGAR – LP

Trata de Precatórios de Pessoal a Longo Prazo, lançado diretamente pela Justiça Federal (Tribunal Regional Federal) sem ingerência da ANM.

13. RESULTADOS ACUMULADOS

Patrimônio Líquido: Mutações e Resultados Acumulados se referem ao saldo remanescente dos superávits ou déficits acumulados. O órgão manteve no período analisado um superávit acumulado no montante de R\$ 2,9 bi.

Balanco Orçamentário - BO

14. PREVISÃO DE RECEITA X ARRECADAÇÃO DE RECEITA

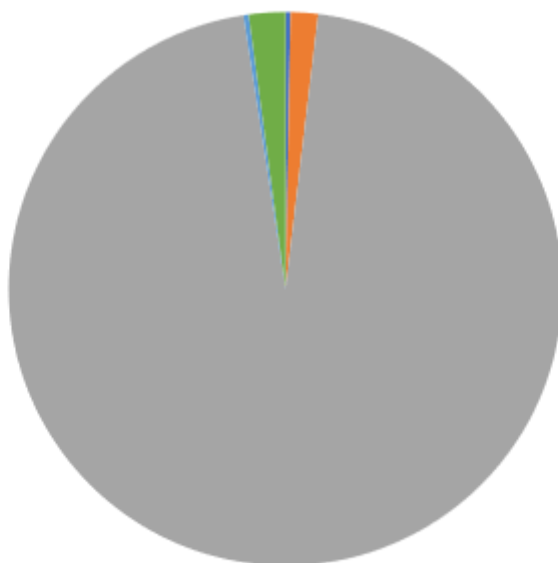
Tabela 10 – Previsão de Receita x Arrecadação de Receita

DESDOBRAMENTO	R\$ Previsão Inicial	R\$ Previsão Atualizada	R\$ Receitas Realizadas	VARIÇÃO	AH
TAXAS DE INSPECAO, CONTROLE E FISCALIZACAO	15.535.716,00	15.535.716,00	19.452.643,86	3.916.927,86	25,21%
OUTORGA DE DIR.DE EXPLOR.E PESQUISA MINERAL	85.388.302,00	85.388.302,00	316.204.756,71	230.816.454,71	270,31%
COMPENS.FINANC.PELA EXPLOR.RECURSOS MINERAIS	5.123.871.654,00	5.123.871.654,00	9.978.228.908,62	4.854.357.254,62	94,74%
SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	62.322,00	62.322,00	72.845,70	10.523,70	16,89%
MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA	16.343.951,00	16.343.951,00	17.400.470,45	1.056.519,45	6,46%
TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TES.NAC.-MERC.INTERNO	113.657.289,00	113.657.289,00	0,00	-113.657.289,00	-100,00%
TOTAL	5.354.859.234,00	5.354.859.234,00	10.331.359.625,34	4.976.500.391,34	92,93%

Fonte: SIAFI 2021

Tabela 11 - Receitas

RECEITAS 2021



- TAXAS DE INSPECAO, CONTROLE E FISCALIZACAO
- OUTORGA DE DIR. DE EXPLOR. E PESQUISA MINERAL
- COMPENS. FINANC. PELA EXPLOR. RECURSOS MINERAIS
- SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS
- MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA
- TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TES. NAC. - MERC. INTERNO

Fonte: SIAFI 2021

Para o ano de 2021 a ANM fez uma previsão de receita no montante de R\$ 5.354 bi, tendo arrecadado no exercício o equivalente a R\$ 10.331 bi, correspondente a **92,93% de crescimento** de realização de receita acima do previsto, com destaque para as receitas com CFEM e Outorga de Direito de Exploração e Pesquisa Mineral, que arrecadaram **94,74%** e **270,31%**, respectivamente, além do previsto.

Cabe ressaltar que o valor referente a previsão atualizada da CFEM corresponde apenas a cota parte da ANM, todavia, os valores das receitas referem-se à totalidade da arrecadação, incluindo os valores das transferências constitucionais.

15. COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DA RECEITA

Tabela 12 – Comparativo da Arrecadação da Receita

DESDOBRAMENTO	R\$	R\$	AH
	DEZ/2021	DEZ/2020	
	Receitas Realizadas	Receitas Realizadas	
TAXAS DE INSPECAO, CONTROLE E FISCALIZACAO	19.452.643,86	15.440.283,92	25,99%
OUTORGA DE DIR.DE EXPLOR.E PESQUISA MINERAL	316.204.756,71	79.472.892,10	297,88%
COMPENS.FINANC.PELA EXPLOR.RECURSOS MINERAIS	9.978.228.908,62	5.904.525.571,58	68,99%
SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	72.845,70	68.485,62	6,37%
SERVICOS REGISTRO,CERTIFICACAO E FISCALIZACAO	0,00	955,94	-100,00%
MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA	17.400.470,45	14.874.589,29	16,98%
ALIENACAO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS	0,00	16.086,05	-100,00%
TOTAL	10.331.359.625,34	6.014.398.864,50	71,78%

FONTE: SIAFI2021

As receitas arrecadadas em 2021 tiveram um acréscimo de **71,78%** em relação a 2020.

A variação positiva ocorrida na Arrecadação da Receita da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, foi impactada pelas seguintes razões:

- 1) Variação cambial nas exportações de minério, cujo cotação do Dólar passou de R\$ 5,1620 em 02/01/2021 para R\$ 5,5799 em 31/12/2021, com variação de 8,09%;
- 2) Crescimento nas vendas externas, sobretudo com destino à Ásia (China);
- 3) No ano de 2021 os valores injetados na economia brasileira pela atividade de mineração foram da ordem de R\$ 339,1 bilhões, crescimento em relação ao ano de 2020 da ordem de 62,2%;
- 4) Elevação no Preço das commodities minerais, que gerou crescimento das receitas de Minérios: Ferro 80,30%; Ouro 16,66%; Cobre 29,33%; Alumínio 19,32%; Calcário Dolomítico 30,23%; e, Demais Substâncias Minerais 34,85%.

Quanto a receita Outorga de Direito de Exploração e Pesquisa, o crescimento em **297,88%** em relação a 2020, justifica-se pelo incremento da NOVA RECEITA ANM_Leilão de Áreas (Áreas de Disponibilidade) que totalizou a importância de R\$ 237,7 milhões.

O crescimento nas receitas de Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização na variação de **25,99%** decorreu de 25.320 boletos recolhidos no ano de 2021. Com relação ao aumento em Multas previstas em Legislação específica de **16,98%** é resultado da inclusão das multas capituladas na Lei nº 7.809/1989 (PLG); Lei nº 11.605/2008 (Multas do Estatuto do Garimpeiro).

16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA – DOTAÇÃO

Tabela 13 – Dotação Orçamentária

NATUREZA DA DESPESA	DOTACAO		DOTACAO ATUALIZADA
	DOTACAO INICIAL	SUPLEMENTAR	
	R\$	R\$	R\$
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	269.486.147,00	5.197.763.025,00	275.190.348,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.833.332.043,00	700.000,00	10.035.290.140,00
INVESTIMENTOS	8.614.047,00	3.200.000,00	5.832.821,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	300.940.482,00	0,00	300.940.482,00
TOTAL	5.412.372.719,00	5.201.663.025,00	10.617.253.791,00

Fonte: SIAFI 2021

Em 2021 ocorreram suplementações orçamentárias no órgão para atender:

- Recomposição de dotações orçamentárias de diversos órgãos do Poder Executivo com Pessoal e Encargos Sociais;
- Remanejamento de dotações orçamentárias das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais para atender a projeção de despesas de diversos órgãos do Poder Executivo compatibilizada com a execução orçamentária do exercício;
- Suplementação no valor total de R\$ 3.900 mi, conforme Ofício Sei n.º 270738/2021/ME (Doc. Sei. 3103311) da Secretaria da Junta de Execução Orçamentária – JEO, em atendimento parcial para aplicação dos recursos nas reformas das Gerências Regionais da ANM nos Estados de Minas Gerais e Santa Catarina, conforme Ofício nº 39612/2021/GAB-DG/ANM de 09/11/2021. Todavia, o valor de R\$ 3.200 milhões foi cancelado e devolvido o recurso que não foi utilizado por esta Agência em 2021, visto que a licitação para reforma da Gerência Regional da ANM no Estado de Minas Gerais foi deserta.

17. EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Tabela 14 – Execução da Despesa Orçamentária

GRUPO DA DESPESA	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	AH
	DEZ/2021	DEZ/2021	DEZ/2021	DEZ/2021	
	R\$	R\$	R\$	R\$	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	275.190.348,00	266.984.885,08	265.260.975,35	247.672.402,19	90,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.035.290.140,00	10.024.945.386,35	8.793.779.808,17	8.792.594.152,72	87,62%
INVESTIMENTOS	5.832.821,00	3.954.711,31	1.092.845,47	1.092.845,47	18,74%
RESERVA DE CONTINGENCIA	300.940.482,00	-	-	-	0,00%
TOTAL	10.617.253.791,00	10.295.884.982,74	9.060.133.628,99	9.041.359.400,38	85,16%

Fonte: SIAFI 2021

O grupo de despesas **Pessoal e Encargos** são despesas vinculadas referentes ao efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador, **90%** do orçamento foi comprometido.

O grupo de despesas **Outras Despesas Correntes** teve sua execução realizada em **87,62%** e o de **Investimentos 18,74%**, essas são despesas discricionárias que são aplicadas na Agência de acordo com os projetos previstos no planejamento estratégico aprovado, e constitui ainda as despesas de funcionamento da estrutura do Órgão.

Os créditos orçamentários referentes a **Reserva de Contingente** não possuem gerência por parte da ANM.

*As transferências de Cotas Partes da CFEM não integram a dotação orçamentária da ANM.

Demonstração de Variação Patrimonial – DVP

18. REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS

Tabela 15 – Remuneração de Pessoal e Encargos

CONTA CONTÁBIL		DEZ/2021	DEZ/2020	AH
		R\$	R\$	
311110100	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	43.012.966,54	43.602.492,62	98,65%
311110200	ABONOS	4.101.063,37	4.282.663,33	95,76%
311110300	ADICIONAIS	123.498,42	136.345,36	90,58%
311110400	GRATIFICAÇÕES	58.627.751,45	60.907.351,12	96,26%
311110500	FÉRIAS - RPPS	11.790.028,26	12.146.720,03	97,06%
311110600	13. SALÁRIO - RPPS	14.217.564,11	14.477.339,41	98,21%
311110800	INDENIZAÇÕES - RPPS	44.553,60	47.288,25	94,22%
311110900	SENTENÇAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	2.088.338,08	1.266.774,46	164,85%
311210100	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	27.703.307,70	27.224.322,78	101,76%
311210300	ADICIONAIS	34.060,52	54.176,44	62,87%
311210400	GRATIFICAÇÕES	2.364.104,35	2.528.067,07	93,51%
311210500	FÉRIAS - RGPS	3.961.432,07	3.654.668,19	108,39%
311210600	13. SALÁRIO - RGPS	2.568.446,39	2.523.998,32	101,76%
311210800	INDENIZAÇÕES - RGPS	220.309,96	0,00	0,00%
311210900	SENTENÇAS JUDICIAIS - ATIVO CIVIL RGPS	535.882,06	342.847,34	156,30%
312120100	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	26.180.819,37	26.691.815,43	98,09%
312210100	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	210,00	0,00%
312220100	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	6.624.212,13	7.356.146,91	90,05%
312310100	FGTS	2.255.844,41	2.455.992,96	91,85%
312510100	COMPLEMENTACAO DE PREVIDÊNCIA	179.690,42	181.764,18	98,86%
TOTAL		206.633.873,21	209.880.984,20	98,45%

Fonte: SIAFI2021

As despesas com pessoal e encargos são despesas vinculadas.

O aumento ocorrido em relação a Sentenças Judiciais – Ativo Civil RPPS e Sentenças Judiciais – Ativo Civil RGPS deu-se em razão de reconhecimento de obrigações a pagar de precatórios e suas atualizações monetárias do exercício 2022 e 2023, são lançamentos efetuados pela Justiça Federal (Tribunal Regional Federal), sem ingerência da ANM.

19. APOSENTADORIAS E PENSÕES

Tabela 16 – Aposentadorias e Pensões

CONTA CONTÁBIL		DEZ/2021	DEZ/2020	AH
		R\$	R\$	
321110100	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	51.490.065,99	50.658.922,97	101,64%
321110500	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL 16/91	5.662.942,52	5.370.325,98	105,45%
321110900	SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	349.797,83	305.078,09	114,66%
321119900	DEMAIS VANTAGENS PECUNIARIAS	4.111.526,85	4.074.611,39	100,91%
321910100	OUTRAS APOSENTADORIAS	98.839,63	168.072,28	58,81%
322110100	PENSOES CIVIS	11.980.389,67	10.820.600,66	110,72%
322110200	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	1.004.567,88	422.622,47	237,70%
322110900	SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	724,50	16.594,82	4,37%
322310100	PENSOES MILITARES	-	700,00	0,00%
329110100	AUXILIO FUNERAL	218.147,11	166.967,68	130,65%
329110200	AUXILIO NATALIDADE	7.230,98	3.617,25	199,90%
329110700	ASSISTENCIA A SAUDE	2.615.360,58	2.624.419,18	99,65%
329210700	ASSISTENCIA A SAUDE	243.066,80	290.617,24	83,64%
TOTAL		77.782.660,34	74.923.150,01	103,82%

Fonte: SIAFI2021

Observa-se uma variação significativa de **130,65%** nas despesas com Auxílio Funeral em razão do aumento dos óbitos no período de pandemia.

As despesas com Folha de pessoal são despesas vinculadas.

20. EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Tabela 17 – Exploração de Bens e Serviços

CONTA CONTÁBIL		DEZ/2021	AV	DEZ/2020	AH
		R\$		R\$	
331110100	CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - ALMOXARIFADO	298.664,02	0,55%	162.476,12	183,82%
331110200	CONSUMO DE SOFTWARES DE BASE	2.975,00	0,01%	-	0,00%
331110300	CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	50.665,43	0,09%	61.717,06	82,09%
331110400	CONSUMO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	18.631,20	0,03%	19.973,13	93,28%
331110500	CONSUMO DE MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.710,90	0,00%	4.185,97	40,87%
331110700	CONSUMO DE MATERIAL HOSPITALAR	-	0,00%	3.992,28	0,00%
331110900	MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	84.810,10	0,16%	155.964,14	54,38%
331119900	CONSUMO DE OUTROS MATERIAIS	481,18	0,00%	1.985,49	24,23%
332110100	DIÁRIAS	1.253.567,44	2,31%	792.502,51	158,18%
332210100	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - PF	116.927,34	0,22%	44.597,91	262,18%
332210200	SERV. DE APOIO ADM., TÉCNICO E OPERACIONAL-PF	2.870,00	0,01%	1.050,00	273,33%
332210400	SERV. DE TRANSP., LOCOMOÇÃO E HOSPEDAGEM - PF	-	0,00%	483,40	0,00%
332210500	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PF	-	0,00%	49.000,00	0,00%
332210800	LOCAÇÕES E ARRENDAMENTOS - PF	650.197,85	1,20%	619.842,50	104,90%
332210900	SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PF	596.973,58	1,10%	759.096,16	78,64%
332211000	SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIÇOS TERCEIROS - PF	89.385,89	0,16%	231.496,35	38,61%
332310100	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	18.344.925,93	33,74%	17.942.169,83	102,24%
332310200	SERVIÇOS DE APOIO ADM, TÉCNICO E OPERACIONAL	18.979.016,98	34,91%	17.849.265,54	106,33%
332310300	SERVIÇOS COMUNICAÇÃO, GRÁFICO E AUDIOVISUAL	560.169,42	1,03%	1.229.531,19	45,56%
332310400	SERV. TRANSP., PASSAGEM, LOCOMOÇÃO E HOSPED. - PJ	2.266.944,62	4,17%	1.499.640,52	151,17%
332310500	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ	2.198.042,38	4,04%	1.010.723,76	217,47%
332310700	SERVIÇOS DE CONFECÇÕES - PJ	10.922,00	0,02%	105,00	10401,90%
332310800	SERV. ÁGUA E ESGOTO, ENER. ELETR., GÁS E OUTR. - PJ	1.184.978,13	2,18%	1.224.205,78	96,80%
332310900	LOCAÇÃO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	4.617.104,34	8,49%	4.018.392,36	114,90%
332311000	SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PJ	46.087,80	0,08%	-	0,00%
332311100	SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	462.529,51	0,85%	72.340,37	639,38%
332311300	SEGUROS EM GERAL	21.460,05	0,04%	10.695,49	200,65%
332311400	CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO ATIVOS INFRAESTRUTURA	315.236,75	0,58%	258.965,82	121,73%
332319900	SERVIÇOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ	31.511,75	0,06%	25.930,04	121,53%
332320100	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - PJ - INTRA	47.228,00	0,09%	143.339,56	32,95%
332320200	SERV. APOIO ADM, TÉCNICO E OPERACIONAL - PJ - INTRA	8.540,00	0,02%	313,50	2724,08%
332320300	SERV. COMUNICAÇÃO, GRÁFICOS E AUDIOVIS. - PJ - INTRA	623.523,36	1,15%	587.952,05	106,05%
332320500	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ - INTRA	12.604,97	0,02%	12.754,82	98,83%
332320800	SERV. ÁGUA ESG., ENER. ELE., GÁS E OUTR. - PJ - INTRA	-	0,00%	22.842,79	0,00%
332321100	SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	-	0,00%	75.000,00	0,00%
332340200	SERV. APOIO ADM, TÉCNICO E OPERACIONAL - PJ - EST	73.012,07	0,13%	61.251,43	119,20%
332340300	SERV. COMUNICAÇÃO, GRÁFICOS E AUDIOVIS. - PJ - EST	-	0,00%	233,50	0,00%
332340500	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ - ESTADO	-	0,00%	4,00	0,00%
332340800	SERV. ÁGUA ESG., ENER. ELE., GÁS E OUTR. - PJ - EST	395.275,24	0,73%	315.530,47	125,27%
332341100	SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	-	0,00%	1.282,72	0,00%
332341300	SEGUROS EM GERAL	5,21	0,00%	72,13	7,22%
332350200	SERV. APOIO ADM., TÉCNICO E OPERACIONAL - PJ - MUN	-	0,00%	452,73	0,00%
332350300	SERV. COMUNICAÇÃO, GRÁFICOS E AUDIOVIS. - PJ - MUN	232,98	0,00%	-	0,00%
332350800	SERV. ÁGUA ESGOTO, ENER. EL., GÁS E OUTR. - PJ - MUN	4.531,92	0,01%	2.935,16	154,40%
332350900	LOCAÇÕES E ARRENDAMENTOS - PJ - MUNICÍPIO	-	0,00%	9.170,13	0,00%
332351100	SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	1.436,08	0,00%	32.437,12	4,43%
333110100	DEPRECIACÃO DE BENS MOVEIS	863.239,61	1,59%	713.906,65	120,92%
333110200	DEPRECIACÃO DE BENS IMOVEIS	136.256,38	0,25%	102.421,42	133,04%
TOTAL		54.372.675,41	100,00%	50.132.228,90	108,46%

Fonte: SIAFI2021

No item de Exploração de Bens e Serviços, observa-se que **68,65%** das despesas se concentram em Serviços Técnicos Profissionais (33,74%) e Serviços de Apoio Administrativo (34,91%).

As despesas com Serviços Técnicos Profissionais são relevantes para a Agência devido as ações de desenvolvimento de novos sistemas, contratação de assessorias técnicas especializadas, com transferência de conhecimentos e tecnologias, contratação de prestação de serviço de desenvolvimento de projeto focado na análise da regulação do setor mineral brasileiro, Contratação de licenciamento dos produtos/serviços prestados pela Microsoft, referente ao ano de 2021 e outras ações em consonância com o planejamento estratégico e com a política de governo de transformação digital.

As despesas com Serviços de Apoio Administrativo estão entre as duas despesas mais relevantes, mas apresentou em aumento de **6,33%** em relação a 2020, esses gastos são referentes a manutenção e assistência técnica das atividades do órgão, como vigilância ostensiva, limpeza, manutenção e conservação de bens, apoio administrativo entre outras que mantém a funcionalidade de toda a estrutura do órgão.

[illegible]